

Felicidade e moralidade na ética de Kant: oposições e conciliações

[Happiness and morality in Kant's ethics: oppositions and conciliations]

Luís Eduardo Ramos de Souza*

Universidade Federal do Pará (Belém, Brasil)

1. Introdução¹

Em certo sentido, pode-se dizer que toda a filosofia crítica de Kant se apoia de maneiras variadas na distinção entre os conceitos de matéria e forma. Esses dois conceitos constituem, por assim dizer, o pano de fundo da sua filosofia crítica, isto é, os seus conceitos metodológicos fundamentais por meio dos quais diversos outros são introduzidos ou postos em cena nos vários usos da razão.

De certo modo, a tarefa fundamental de toda a filosofia crítica de Kant consiste em uma extensa reflexão acerca das relações gerais entre a matéria e a forma. Em princípio, tais relações podem ser consideradas sob duas alternativas básicas, a saber: a oposição e a conciliação. Dado serem a matéria e a forma conceitos bipolares, a relação de oposição é a primeiramente destacada na filosofia crítica de Kant. Por sua vez, a relação de conciliação é só posteriormente indicada, afigurando-se em geral uma tarefa mais difícil (vide a teoria do esquematismo da *CRPu*, da típica na *CRPt* e da hipotipose na *CFJ*). Essa ordem geral de reflexão pode ser percebida em toda a filosofia crítica de Kant e, em particular, como será aqui mostrado, na sua filosofia prática.

* (Prof. Doutor/ UFPA). E-mails: lued@ufpa.br / clubedelogica@yahoo.com.br

¹ Doravante serão usadas as seguintes abreviaturas: *FMC* (*Fundamentação da metafísica dos costumes*); *CRPt* (*Crítica da razão prática*); *DV* (*Doutrina da virtude*); *CRPu* (*Crítica da razão pura*); *CFJ* (*Crítica da faculdade do juízo*).

Tal como ocorre na razão teórica, também na razão prática Kant distingue esses dois conceitos fundamentais: a matéria e a forma. Tanto a razão teórica como a razão prática possuem uma matéria e uma forma, embora tais conceitos signifiquem coisas distintas nesses dois usos da razão pura. Em particular, no caso da razão prática a sua forma corresponde à moralidade, ao passo que sua matéria à felicidade. Essa distinção é fixa e se trata de uma afirmação persistente de Kant ao longo de seus textos éticos. Portanto, o que este trabalho pretende mostrar é como Kant concebe a oposição e a conciliação entre a matéria e a forma da razão prática, o que equivale a dizer as relações entre a felicidade e a moralidade na sua ética, respectivamente.

2. Liberdade, moralidade e felicidade

Em linhas gerais, pode-se dizer que há três conceitos ou princípios éticos centrais da ética de Kant, a saber: o conceito de *liberdade*, o princípio de *moralidade* e o princípio de *felicidade*. Todavia, deve-se observar formarem os dois primeiros (liberdade e moralidade) um pólo da reflexão ética de Kant. Por sua vez, o último (felicidade) constitui sozinho o outro pólo da investigação ética de Kant e é posto como uma espécie de contraparte necessária da sua reflexão moral. O primeiro pólo (liberdade/moralidade) corresponde à forma, ao passo que o segundo (felicidade) à matéria da razão prática, de modo que o seu sistema ético é fundado necessariamente nestes três conceitos ou princípios nucleares, a partir dos quais todos os outros conceitos éticos (princípios hipotéticos e categóricos, autonomia e heteronomia, sumo bem, Deus, alma, dever de virtude, etc.) são deles derivados, direta ou indiretamente.

Quanto à conexão entre o conceito de liberdade e o princípio de moralidade, Kant a esclarece mediante a famosa equivalência entre a *ratio essendi* e a *ratio cognoscendi*. Inicialmente, ele afirma ser o conceito de liberdade a pedra angular de todo o sistema da ética, o qual tem como correlato o princípio de moralidade (*KpV*, *AA* 05: 003.14-26;

004.01-06). Kant fornece o seguinte esclarecimento acerca da interconexão entre este conceito e princípio: a liberdade é a *ratio essendi* da moralidade, enquanto a moralidade é a *ratio cognoscendi* da liberdade (*KpV*, *AA* 05: 004.09). Além disso, noutras passagens, Kant diz ser a liberdade uma propriedade [*Eigenschaft*] da vontade (*GMS*, *AA* 04: 446.07-10), ao passo que moralidade um fato [*Faktum*] da razão (*KpV*, *AA* 05: 31.24-31). Deste modo, pode-se dizer que, para ele, a liberdade e a moralidade se interconectam por ser uma a condição da outra, porém em sentidos diferentes: a liberdade é a condição essencial da moralidade, enquanto a moralidade a condição cognitiva da liberdade. Esse mútuo condicionamento entre a liberdade e a moralidade conduz ao estabelecimento de uma espécie de equivalência formal entre os conceitos fundamentais da ética de Kant, de modo a se poder dizer que a liberdade e a moralidade constituem a condição necessária e suficiente da sua filosofia prática.

Entretanto, apesar de a liberdade e a moralidade serem o conceito e o princípio cofundadores da ética de Kant, convém destacar que a reflexão sobre ambos só será possível mediante uma contraposição ao princípio de felicidade, de modo constituir doravante o cotejo entre a moralidade e a felicidade o tema central das suas reflexões éticas, tanto no sentido de revelar o contraste como a harmonia entre eles.

Essa perspectiva é particularmente justificável no texto da *CRPt*, no qual Kant indica logo no Prefácio a copertinência entre o conceito de liberdade e o princípio de moralidade, enquanto reserva para a Analítica e a Dialética Transcendental, respectivamente, a extensa reflexão sobre as relações de oposição e conciliação entre os princípios de moralidade e felicidade. Além disso, convém notar que sem o princípio de felicidade o texto da Analítica e da Dialética da *CRPt*, bem como todo o texto da *DV*, não poderiam ser escritos ou seriam escritos com profundas deficiências, uma vez que somente o conceito de liberdade e o princípio de moralidade são insuficientes para fornecer o conteúdo de toda a reflexão desenvolvida nesses dois livros. Por exemplo, no caso da Analítica, a ética seria escrita somente para seres puramente racionais (que vivem

exclusivamente pelo princípio da moralidade), e não para seres racionais e sensíveis, tal como o homem (que vivem sob a influência dos princípios da moralidade e da felicidade); já no caso da Dialética, seria simplesmente desnecessário escrever esse texto, uma vez que seu propósito central é justamente articular o princípio da moralidade e o da felicidade, assim como seria impossível Kant apresentar o postulado de Deus e os fundamentos de sua teologia moral (os quais dependem do conceito de felicidade); enfim, no caso da *DV*, não faria sentido introduzir mais um conceito ético nessa obra – a saber, o de dever de virtude – uma vez que este remete diretamente ao problema da conciliação entre a felicidade e a moralidade.

Portanto, pode-se dizer que o conceito de liberdade e os princípios moralidade e felicidade são as três noções fundamentais sobre as quais se baseia toda a ética de Kant. As duas primeiras noções (liberdade e moralidade) constituem a forma, enquanto a última (felicidade) a matéria da razão prática. As duas primeiras (liberdade e moralidade) são concebidas a título de conceitos ou princípios fundadores da sua ética, ao passo que as duas últimas (moralidade e felicidade) a título de princípios balizadores de toda a reflexão sobre as relações de oposição e conciliação entre a matéria e a forma da razão prática.

3. Oposição entre felicidade e moralidade

Em linhas gerais, Kant define a felicidade enquanto a satisfação de todas as inclinações e necessidades naturais (tais como poder, riqueza, saúde, honra, bem estar, etc.)², e a moralidade enquanto um dado ou fato da razão prática pelo qual o sujeito se torna consciente da sua liberdade.

² Kant concebe o conceito de felicidade em semelhança à concepção de Aristóteles (*Ética a Nicômaco*, 7, 1097a15–1097b20) a título de um bem absoluto definido pela posse total dos bens relativos. Como será esclarecido adiante, este é o conceito restrito de *felicidade empírica* pressuposto como regra geral na ética de Kant.

Ambos são princípios determinantes da vontade e competem entre si acerca do fim visado pela ação moral.

O conflito entre a moralidade e a felicidade na ética de Kant é posto enquanto dois princípios opostos de determinação da vontade: a moralidade é o seu princípio puro ou formal, ao passo que a felicidade o seu princípio empírico ou material. Esse contraste pode ser visto tanto na *FMC* como na *CRPt* (Analítica).

Na *FMC*, Kant afirma que “a vontade está colocada entre o seu princípio *a priori*, que é formal, e o seu móbil *a posteriori*, que é material, por assim dizer numa encruzilhada” (*GMS, AA 04: 400:10-12*). De um lado, o princípio material determina a vontade tendo em vista o efeito ou o propósito esperado da ação, o que implica em fazer aquilo que promoverá a felicidade em geral. De outro, o princípio formal determina a vontade sem considerar o efeito ou a intenção da ação, o que significa em agir fundada exclusivamente em uma lei da moralidade de caráter universal e necessário. Kant diz ser o princípio da felicidade um imperativo hipotético que ordena realizar uma ação como meio para outro fim, ao passo ser o princípio da moralidade um imperativo categórico que ordena uma ação como um fim em si mesmo. Para ele, o valor moral de uma ação depende de a vontade ser determinada pelo princípio da moralidade, e não pelo princípio da felicidade.

Na Analítica da *CRPt*, Kant estabelece o princípio da felicidade nos §2-3 por intermédio dos Teoremas I e II, ao passo que o princípio da moralidade no §7 a título de uma ‘lei fundamental da razão prática’. Com efeito, no Teorema I Kant declara todo princípio empírico pressupor um objeto ou matéria da vontade, enquanto no Teorema II diz ser todo princípio empírico equivalente ao princípio da felicidade. Por sua vez, no §7, ele formula a lei moral nos seguintes termos: “age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer sempre e ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (*KpV, AA 05: 030.38-39*). Kant deduz ainda um corolário do Teorema II por meio do qual afirma haver um princípio material e outro formal de determinação da vontade: o primeiro é o princípio da felicidade e determina a

faculdade da vontade inferior; o segundo é o princípio da moralidade e determina a faculdade da vontade superior. Para ele, o princípio da moralidade determina a vontade de forma incondicional, isto é, independentemente de toda a sua matéria, ao passo que o princípio da felicidade a determina somente de modo condicional, isto é, em dependência do seu objeto. Por fim, no Teorema IV, Kant estabelece ser a autonomia da vontade fundada no princípio da moralidade, enquanto a heteronomia da vontade no princípio da felicidade.

Um breve cotejo entre a *FMC* e *CRPt* revela que Kant distingue os imperativos categóricos e hipotéticos, na primeira obra, diretamente com base na oposição entre os princípios da moralidade e da felicidade, ao passo que, na segunda obra, ele o faz indiretamente, uma vez que define os imperativos antes destes dois princípios, muito embora estes últimos estejam pressupostos implicitamente em tal definição a título de princípios determinantes da vontade.

4. Conciliação entre felicidade e moralidade

Apesar de Kant revelar, inicialmente, serem a moralidade e a felicidade dois princípios opostos de determinação da vontade – um formal e incondicionado, o outro material e condicionado – ele mostra também a possível conciliação entre ambos. Para Kant, o pressuposto fundamental da possível harmonia entre esses dois conceitos é o princípio da moralidade ser a condição do princípio da felicidade, e jamais o inverso, isto é, o interesse da felicidade não deve condicionar ou preceder a lei moral.

A reflexão de Kant acerca de tal conciliação assume diversas formas mediante o emprego de novos conceitos, tais como o do sumo bem, do postulado de Deus e do dever de virtude. Sua análise pode ser encontrada em livros diferentes, como por exemplo, na *FMC*, na *CRPt* (Dialética) e na *DV*.

Em primeiro lugar, na *FMC*, Kant reflete a conciliação entre a moralidade e a felicidade de modo reduzido, sem introduzir um novo conceito para isso e nem tematizar separadamente tal assunto. Ele trata da harmonia entre tais conceitos, em uma passagem deste livro, mais precisamente, no último dos quatro exemplos contextualizados em duas formulações da lei moral, cujo conteúdo destas diz o seguinte:

1. Fórmula da universalidade: “Age como se a máxima da tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza” (*GMS, AA 04: 421: 18-20*).
2. Fórmula da humanidade: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (*GMS, AA 04: 429.09-12*).

Com efeito, nos referidos exemplos, Kant trata, respectivamente, da questão do suicídio, da mentira, da preguiça e, finalmente, da *felicidade*. Neste último exemplo, ele analisa a situação de um indivíduo que usufrui de felicidade própria, embora não se importe em promover a felicidade alheia, cuja máxima de sua ação seria a seguinte: ‘Que cada homem goze da própria felicidade, sem se interessar pela felicidade dos outros e nem tampouco prejudicá-los’. Kant diz ser impossível transformar tal máxima em uma lei moral e, pelo contrário, mostra a necessidade de harmonizar a moralidade e a felicidade no contexto das duas versões ou fórmulas da lei moral, acima citadas. No caso da fórmula da universalidade, ele argumenta ser tal máxima autocontraditória, uma vez que a negação da felicidade alheia pode ser afirmada eventualmente contra o próprio autor dessa máxima (*GMS, AA 423: 17-37; 424: 01-14*). No caso da fórmula da humanidade, ele alega ser tal máxima insustentável à medida que, se a humanidade deve ser usada como um fim e não um meio, então os fins relativos à felicidade

dos outros devem ser também os fins do próprio autor da referida máxima (*GMS*, AA 430: 18-27).

Em segundo lugar, na *CRPt*, Kant concilia o princípio da moralidade e o da felicidade no interior da Dialética Transcendental, articulando-os em dois momentos distintos mediante o uso dos conceitos do sumo bem e o do postulado de Deus. No primeiro momento, Kant articula a moralidade e a felicidade mediante o conceito do sumo bem [*höchst Gut*], o qual, junto com o conceito do bem [*Gut*], é concebido a título de objeto em geral da vontade, sendo que tanto um como o outro devem ser submetidos ao princípio de moralidade. Por objeto ou matéria da vontade Kant entende a possibilidade ou impossibilidade de uma ação em função do princípio de moralidade (*KpV*, AA 05: 057.17-19). Para ele, a diferença entre esses dois conceitos é que o bem se refere a um objeto particular da vontade, ao passo que o sumo bem considera tal objeto em sua totalidade incondicionada. O sumo bem é o bem total e perfeito, ou seja, é uma ideia da razão prática pela qual se representa a totalidade dos objetos possíveis da vontade de acordo com o princípio da felicidade. Todavia, dado que, para Kant, o conceito do bem em geral deve ser subordinado à lei moral, então o sumo bem pressupõe dois princípios: de um lado, o princípio da moralidade enquanto condição formal de determinação da vontade; de outro, o princípio da felicidade enquanto sua condição material total. Como a reflexão sobre a totalidade e o incondicionado dos objetos da vontade é o domínio em que se desenvolve a dialética da razão prática, logo, a tarefa de Kant na Dialética Transcendental da *CRPt* é a de mostrar de que modo é possível conciliar os princípios da moralidade e da felicidade no conceito do sumo bem. A solução de Kant para esse conflito é, em suma, propor a harmonia da moralidade por meio da *dignidade* e da *esperança* da felicidade (*KpV*, AA 05: 110.18-35; 111.01-05; 119.01-07 A214). Isso significa dizer que para a realização do sumo bem, a título de objeto da vontade, o princípio da moralidade deve condicionar o princípio da

felicidade, de modo a garantir ao sujeito a dignidade e a esperança desta última.

No segundo momento da Dialética Transcendental, Kant une a moralidade à felicidade mediante o conceito do postulado de Deus, cuja pressuposição é necessária para garantir não somente a dignidade e a esperança da felicidade – tal como ocorreu através do conceito do sumo bem –, mas também a *participação* do sujeito na mesma. O argumento de Kant, nesse ponto, é o de ser necessário admitir Deus como uma causa tanto da natureza em geral quanto da sua concordância com a moralidade do sujeito. Dado que, para ele, a felicidade é um fenômeno satisfeito no mundo natural enquanto a liberdade é um *noumeno* pertencente ao mundo moral, a concordância entre esses dois mundos distintos não pode ser garantida pelo sujeito moral finito, mas exclusivamente por Deus, considerado simultaneamente o Autor do reino da natureza e o Legislador ou Regente do reino dos fins. Dessa maneira, Deus é postulado por Kant como uma espécie de um princípio de harmonia ‘pré-estabelecida’ entre a moralidade e a felicidade, por meio do qual o sujeito se submete à aplicação de uma regra de proporcionalidade entre ambas, dada pela seguinte equivalência: a efetivação de felicidade é diretamente proporcional à realização da moralidade.

Finalmente, em terceiro lugar, na *DV*, Kant volta a tematizar a conciliação entre a moralidade e a felicidade, porém agora mediante o conceito de dever de virtude. Kant define o dever de virtude por oposição ao dever de direito, de tal modo que, embora ambos impliquem uma espécie de coerção ou obrigação por serem deveres, no entanto, são distintos pelo fato de o dever de direito poder ser um constrangimento externo, ao passo que o dever de virtude ser somente um constrangimento interno ou um autoconstrangimento (*MS, AA 06: 383.18-20; 396.17-24*). Kant distingue ainda entre o conceito de dever e o de dever de virtude: o dever é uma obrigação da vontade fundada apenas na forma da lei moral (princípio de moralidade), enquanto o dever de virtude é uma obrigação determinada pela lei moral e que leva

em conta a matéria, o objeto ou fim da ação (isto é, o princípio de moralidade e de felicidade). Kant declara que ‘toda ação tem um fim’ (*MS, AA 06: 394.33-35; 395.01*), isto é, um objeto ou matéria da escolha e, se a ação é baseada no princípio de moralidade, se trata então de um dever ligado a um fim em geral. Kant denomina esse fim admitido de forma necessária e universal pela razão prática como um fim que é um dever, ou ainda, simplesmente, um dever de virtude (*MS, AA 06: 383.13-14*).

Para ele, há diversos deveres de virtude de acordo com os vários fins ou objetos possíveis, muito embora haja tão somente um único dever ligado à forma da lei válido para todas as ações possíveis (*MS, AA 06, 383.13-17*). Entre os principais deveres de virtude, Kant destaca dois: o da autoperfeição moral e o da promoção da felicidade alheia (compaixão). Ambos são fins que a vontade assume como deveres, obrigando-se a realizá-los. Em especial, promover a felicidade dos outros é um dever de virtude sob duplo aspecto: de um lado, enquanto bem-estar natural, deve-se auxiliar as outras pessoas em suas necessidades materiais em sacrifício talvez do próprio bem-estar; de outro, enquanto bem-estar moral, deve-se evitar expor as outras pessoas a situações que lhes causem padecimentos posteriores. Ambos os aspectos da felicidade alheia são deveres de virtude, embora sejam deveres *latos*, isto é, deveres cuja medida da ajuda não é definida pela lei moral (*MS, AA 06, 393.01-06; 394.10-12*). Nos dois casos, a felicidade dos outros é um dever que está em concordância com o princípio da moralidade, uma vez que, de acordo com a fórmula da finalidade da lei moral, tanto quanto a felicidade própria depende da ajuda dos outros, assim também a felicidade alheia deve ser tomada como um fim pelo próprio sujeito. Em síntese, Kant harmoniza novamente o princípio da moralidade e o princípio da felicidade no conceito de dever de virtude³.

³ No fundo, pode-se dizer que o conceito de dever de virtude, introduzido por Kant na *DV*, significa, em certo sentido, uma ampliação ou revisão do conceito de *fin* [*Zweck*] moral *material* ou *subjetivo*, concebido por ele na *CRPt* (*KpV, AA 40; 41: 01-38*) e na *FMC* (*GMS, AA 427: 19-37*;

5. Considerações finais

Ao final dessa exposição, pode-se concluir que, de modo geral, a filosofia prática de Kant representa uma extensa e multifacetada reflexão sobre a relação entre a moralidade e a felicidade, cuja análise se desenvolve nas suas três principais obras éticas: a *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), a *Crítica da razão prática* (1788) e *A doutrina da virtude* (1797). Em todas elas Kant destaca o duplo aspecto que assume a relação entre a moralidade e a felicidade, a saber, a sua oposição e a conciliação.

Por um lado, a relação de oposição entre tais conceitos é posta por Kant em todos esses livros sempre do mesmo modo, a saber, a título de dois princípios de determinação da vontade contrapostos entre si. O princípio da moralidade determina a vontade mediante a sua forma, expressa no imperativo categórico, sem levar em consideração o fim ou o objeto da ação. O princípio da felicidade determina a vontade mediante a sua matéria, expressa no imperativo hipotético, e leva em conta o fim ou o objeto da ação. Para Kant, a ética deve ser fundada no princípio da moralidade, uma vez ser este um dado da razão universal e necessário, por meio do qual se estabelece o valor moral da ação e a autonomia da vontade. Por sua vez, o princípio da felicidade é um dado empírico contingente e indefinido, por isso, carente de autêntico valor moral e correspondente à heteronomia da vontade.

428: 01-02), na medida em que nestas passagens os verdadeiros fins práticos, baseados na lei moral, abstraem de toda espécie de fim material ou subjetivo, por este ser visto como um móbil (objeto) de caráter *empírico*. Porém, em contraste com tal perspectiva, Kant admite, na *DV*, haver uma determinada relação entre o princípio formal da moralidade e os princípios materiais da ação – negada nas outras duas obras éticas –, ao postular certos fins materiais que determinam a ação (por exemplo, a autoperfeição moral e a compaixão), os quais são concebidos a título de deveres de virtude e, portanto, são moralmente válidos com a condição de pressuporem a lei moral como determinante dos mesmos, e não o contrário. Como Kant afirma na *DV*, “uma vez que não pode haver uma ação sem um fim, um imperativo categórico seria impossível. Isso suprimiria qualquer doutrina dos costumes” (*GMS, AA* 385: 14-18).

Por outro lado, a relação de conciliação entre a moralidade e a felicidade é tratada por Kant de vários modos distintos em cada uma dessas obras. De modo geral, as estratégias de Kant para explicar essa conciliação podem ser encontradas tanto em exemplos (da felicidade alheia ou compaixão) como em conceitos éticos específicos (tais como os do sumo bem, do postulado de Deus e do dever de virtude). Com efeito, na *FMC*, Kant mostra através de exemplos a possibilidade de harmonizar tais conceitos no contexto de duas formulações da lei moral (fórmula da universalidade e da humanidade), ao indicar, em linhas gerais, ser em certo sentido contraditório negar tal conciliação. Na *CRPt*, Kant explana acerca dessa conciliação na Dialética Transcendental mediante o conceito do sumo bem e o do postulado de Deus, de tal modo que, pelo primeiro, ele harmoniza a moralidade com a dignidade e a esperança da felicidade e, pelo segundo, associa a moralidade com a participação na felicidade. Na *DV*, Kant discorre sobre tal conciliação mediante o conceito do dever de virtude, ao sustentar que promover a felicidade alheia é um dever em harmonia com a lei moral.

De modo amplo, pode-se dizer que a análise sobre as relações entre a moralidade e a felicidade nos três livros éticos de Kant assume ênfases distintas, as quais revelam, em geral, um processo crescente de amadurecimento da reflexão sobre o tema da conciliação entre a forma e matéria da sua ética. Com efeito, inicialmente, na *FMC*, a ênfase maior é dada à oposição entre a moralidade e a felicidade, sendo o tema da conciliação tratado aí de modo muito breve através de exemplos relativos à lei moral; posteriormente, na *CRPt*, Kant equilibra melhor a reflexão acerca da oposição e conciliação entre a moralidade e a felicidade, ao reservar a Analítica para tratar da oposição, e a Dialética para abordar a conciliação entre tais conceitos; finalmente, na *DV*, Kant dedica praticamente todo esse livro para tratar do tema da conciliação entre a moralidade e a felicidade, sendo reduzida sua análise sobre a questão da oposição. Portanto, o percurso geral da filosofia prática de Kant, que começa na *FMC*, passa pela *CRPt* e culmina na *DV*, revela

duas coisas: de um lado, que ocorre uma reflexão pendular de Kant sobre estes dois temas, pois em um extremo (na *FMC*) Kant enfatiza a oposição em detrimento da conciliação e, no outro extremo (na *DV*), ele enfatiza a conciliação em detrimento da oposição entre moralidade e felicidade – sendo que no ponto intermediário ocorre um maior equilíbrio acerca desta reflexão (na *CRPt*); de outro lado, mostra que ele refletiu, inicialmente, apenas sobre a oposição entre a moralidade (forma) e a felicidade (matéria), sendo que a questão da conciliação entre ambas só será plenamente amadurecida nas suas duas obras éticas posteriores, mediante a introdução sistemática de novos conceitos éticos (sumo bem, postulado de Deus e dever de virtude)⁴.

* * *

A partir das análises precedentes pode-se extrair um conjunto de cinco conclusões adicionais acerca da ética de Kant quanto ao tema da oposição e da conciliação entre a felicidade e a moralidade:

Conclusão 1: Em primeiro lugar, convém chamar atenção ao fato de Kant apresentar ao todo cinco momentos distintos para a conciliação entre a moralidade e a felicidade em sua ética, os quais podem ser assim distinguidos: dois exemplos na *FMC* (felicidade alheia ou compaixão) dois conceitos na *CRPt* (o do sumo bem e do postulado de Deus) e um conceito na *DV* (o de dever de virtude).

Conclusão 2: Em segundo lugar, é importante destacar que, em todos esses diversos momentos, Kant fixa uma regra fundamental para assentar tal conciliação, a saber: o princípio de moralidade deve preceder ou ser a condição para o princípio de felicidade, e nunca o inverso, isto é, o princípio da felicidade não deve determinar ou condicionar o da

⁴ Convém notar que Kant já reflete sobre a conciliação da moralidade e da felicidade na *CRPu* (*KrV*, *AA* 03: 523.25-usw.; 1781, 806ss), mediante o conceito de sumo bem e de Deus, porém não ainda por meio do conceito de dever de virtude. Entretanto, a exposição sistemática (isto é, na Analítica e Dialética da razão prática) dos dois primeiros conceitos só ocorre na *CRPt*, ao passo que a apresentação do terceiro se dá somente na *DV*.

moralidade. Isso significa, para ele, ser a forma a condição da matéria da ética, e não o contrário.

Conclusão 3: Em terceiro lugar, é oportuno salientar que, nesses cinco momentos, Kant usa em geral três espécies de argumentos para conciliar a felicidade e a moralidade na sua filosofia prática, os quais, didaticamente, podem ser denominados de argumento *lógico*, *crítico* e *metafísico*. A argumentação lógica consiste em exibir ou um conflito lógico (contradição, desacordo) ou a ausência deste conflito (acordo, concordância), ao pensar-se a conciliação entre a matéria e a forma da razão prática em termos da possível universalização daquela, a qual pode ser vista nos três seguintes momentos: (i) através de uma contradição ao demonstrar-se que, por redução ao absurdo, a negação da felicidade alheia implica em uma contradição com a formulação da lei moral (é o caso do primeiro exemplo na *FMC*, relativo à fórmula da universalidade); (ii) através de um desacordo parcial, ao mostrar-se que a negação da felicidade alheia nega também um aspecto do conceito de humanidade – isto é, o homem na pessoa do *outro* – formulado na lei moral (é o caso do segundo exemplo na *FMC*, referente à fórmula da humanidade); (iii) enfim, através de uma ausência de desacordo, ao mostrar-se que a realização da felicidade própria e alheia (matéria) concorda com a lei moral (forma) na pessoa de cada um (é o caso do argumento do dever de virtude na *DV*)⁵. Por sua vez, a argumentação crítica apresenta razões dentro dos limites impostos pela filosofia teórica e prática para pensar a conciliação entre a felicidade e a moralidade, de tal modo que a forma da razão prática (lei moral) pode apenas pressupor a esperança de realizar sua matéria (felicidade) no mundo da natureza, dado que a forma desta última (leis científicas) é distinta daquela e

⁵ Uma explicação mais detalhada deste argumento na *DV* (*MS*, *AA* 06: 394.01-12) pode dada como segue: do mesmo modo que a promoção da felicidade própria (matéria do próprio sujeito) exige um acordo com a lei moral (forma) reconhecida pelo outro, assim também a promoção da felicidade alheia (matéria do outro) envolve um acordo com a lei moral (forma) reconhecida pelo próprio sujeito.

pertence à razão teórica (é o caso do argumento do sumo bem na *CRPt*). Por fim, a argumentação metafísica se dá por meio da pressuposição de um objeto metafísico para conciliar a forma e a matéria da razão prática, tal como é a necessidade de postular a existência de Deus para garantir a conciliação efetiva entre a moralidade e a participação na felicidade (é o caso do argumento do postulado de Deus na *CRPt*).

Conclusão 4: Em quarto lugar, pode-se dizer que a tarefa de conciliação entre a moralidade e a felicidade na ética de Kant há, em certo sentido, tanto uma *ruptura* como uma *continuidade* na argumentação utilizada nas três obras mencionadas. De um lado, a ruptura pode ser identificada no argumento metafísico (postulado de Deus) desenvolvido extensamente por Kant na *CRPt*, o qual não é empregado na *FMC* e na *DV* para harmonizar a matéria e a forma da razão prática. De outro, a continuidade pode ser encontrada tanto nos argumentos empregados na *FMC* e na *DV*, quanto nos argumentos expostos na *CRPt* e na *DV*. Tal continuidade pode ser assim compreendida: (i) a *FMC* e a *DV* têm uma ligação interna entre si, porque Kant utiliza um argumento de caráter lógico baseado na fórmula da humanidade da lei moral, para justificar a conciliação entre a moralidade e a felicidade, sendo que seu argumento, conforme visto na *Conclusão 3*, consiste em dizer em linhas gerais que, enquanto na *FMC* ocorre um acordo parcial entre a felicidade e a moralidade ao negar-se aquela na pessoa do outro, por sua vez, na *DV* há em certo sentido um acordo total entre a felicidade em geral (própria e alheia) e a lei moral (fórmula da humanidade) reconhecida pelas pessoas; (ii) a *CRPt* e a *DV* têm também uma ligação entre si pelo fato de Kant usar um argumento de caráter metafísico para conciliar a lei moral com certo tipo de felicidade (isto é, a felicidade moral ou pura), a qual depende, em última instância, da ideia do auto aperfeiçoamento moral, pressuposto por ele no postulado metafísico da imortalidade da alma (*KpV*, *AA* 05: 122.04-35; 123.01-20; 124.01-03) e no dever de virtude (*MS*, *AA* 06: 383.13-14; 385.01-18).

Conclusão 5: Em quinto e último lugar, convém chamar a atenção ao fato de Kant definir em geral o princípio de felicidade de modo bastante restrito, de acordo apenas com determinações empíricas, e não puras. Para ele, em linhas gerais, a felicidade é a satisfação total das condições empíricas (*KrV*, *AA* 03: 523.25-27). Esta definição, por sua vez, equivale a um conceito de felicidade empírica (natural, física), porém não de *felicidade pura* (moral) (ver esta distinção na *MS*, *AA* 06: 387.28-33). Esta restrição do conceito de felicidade ao aspecto empírico é compreensível na ética de Kant, uma vez que lhe serve a um duplo propósito: de um lado, como contraponto conceitual de caráter empírico para se opor ao conceito de moralidade, o qual é definido por ele como de caráter puro; de outro, como referência conceitual para identificar negativamente o conceito de felicidade empírica empregado na ética de Aristóteles, visto por ele a título de sumo bem ou a totalidade das condições empíricas⁶. A definição restrita do conceito de felicidade empírica é mantida por Kant na *FMC* e na *CRPt*, porém é brevemente revista por ele na *DV*, onde introduz o conceito tardio de *felicidade moral* ou *pura* como uma espécie de *satisfação* [*Zufriedenheit*] ou efeito diante da própria conduta moral correta, cuja causa principal é o dever de virtude, subordinado à lei moral, que visa a busca da própria perfeição (autoaperfeiçoamento) moral. Embora nesta passagem da *DV* Kant caracterize a felicidade moral como uma satisfação [*Zufriedenheit*], e não um sentimento [*Gefühl*], o significado destas duas expressões pode ser aproximado, pois o dever de virtude é uma obrigação interna (autoconstrangimento) imposta pela lei moral na escolha de determinados fins práticos ou ações, a saber, a autoperfeição moral e a promoção da felicidade alheia (compaixão). Portanto, a *felicidade moral*,

⁶ A rigor, convém notar que Aristóteles reconhece, além do conceito de felicidade empírica, também o conceito de felicidade pura, associado ao conceito teórico de *felicidade contemplativa* (Ética à Nicômano, X, 7, 1177a10 a 1178a5). Diferentemente, Kant identifica o conceito de felicidade pura não como um conceito teórico, como faz Aristóteles, mas como um conceito prático, isto é, o de *felicidade moral* (*MS*, *AA* 06: 387.28-33).

da mesma forma que o *respeito moral*, é visto por ele como um efeito da lei moral sobre a ação ou a vontade do sujeito, e são, portanto, efeitos *puros* porque produzidos pelo princípio formal da razão prática, e não por princípios empíricos da sensibilidade; mais precisamente, o respeito moral é um sentimento ligado à consciência da subordinação da vontade à lei moral, enquanto a felicidade moral é uma satisfação vinculada à consciência da subordinação do comportamento ou ação moral ao princípio da moralidade. Após estas breves reflexões, pode-se admitir que, no sentido aqui indicado, Kant concebe ao todo dois *sentimentos* práticos e puros em sua ética: o *respeito moral* (*GMS*, AA 04: 401.16 e *KpV*, AA 05: 073.34-usw.) e a *felicidade moral* (*MS*, AA 06: 387.28-32). Contudo, se Kant, desde o início da sua ética, não houvesse limitado o conceito de felicidade ao sentido empírico, mas tivesse admitido igualmente o conceito de felicidade pura (introduzido por ele posteriormente na *DV*), então algumas outras possibilidades de reflexão seriam abertas em sua filosofia prática, dentre as quais se destacam as três seguintes: (i) a felicidade pura (ou moral), juntamente com o respeito moral, seriam tematizados como sentimentos morais puros a título de efeitos produzidos a partir da relação geral entre as faculdades práticas (razão e vontade); (ii) poder-se-ia distinguir a felicidade empírica e pura por meio do conceito de causas externas e internas, respectivamente, de modo que as primeiras seriam causas materiais que produzem uma satisfação empírica, e as segundas causas formais que produzem uma satisfação pura; (iii) o conceito de felicidade pura poderia tornar possível outra relação entre o sistema prático e estético de Kant, na medida em que tais causas internas poderiam ser vistas como uma espécie de ‘jogo entre as faculdades’, mais precisamente, uma harmonia entre a faculdade da razão prática e da imaginação, resultante das seguintes representações: a primeira com a simples representação da lei moral, e a segunda com a representação, sempre incompleta e inspirada na primeira, do ideal da realização do infinito no finito, do inteligível no sensível, enfim, da moralidade no homem.

Referências

- KANT, I. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Ed. 70, 1986.
- KANT, I. *Metafísica dos costumes*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; Bragança Paulista, SP: Ed. Univ. São Francisco, 2013.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio: Ed. Forense Universitária, 1995.
- KANT, I. *Kritik der praktischen Vernunft*. Frankfurt: SuhrkampVerlag, 1997.
- KANT, I. *Grundlegung zur Metaphisik der Sitten*. Frankfurt: SuhrkampVerlag, 1997.
- KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. Frankfurt: SuhrkampVerlag, 1997.
- KANT, I. *Kritik der Urteilschaft*. Frankfurt: SuhrkampVerlag, 1997.
- KANT, I. *Gesammelte Schriften* Hrsg.: Bd. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24 Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Berlin 1900ff.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo mostrar as relações de oposição e conciliação entre os conceitos de felicidade e moralidade na filosofia prática de Kant, tal como exposto na Fundamentação da metafísica dos costumes (1785), na Crítica da razão prática (1788) e na Doutrina da virtude (1797). Esta tarefa será realizada em três momentos. Primeiro, indicar-se-á serem a felicidade, a moralidade e a liberdade os três conceitos fundamentais da ética de Kant, cujos dois primeiros são considerados a título da forma e o último da matéria da razão prática. Segundo, argumentar-se-á que Kant enfatiza inicialmente a oposição entre estes dois conceitos e só gradualmente tematiza a sua conciliação nas três obras mencionadas. Terceiro, indicar-se-á que a limitação da ética de Kant ao conceito de felicidade empírica, em detrimento ao de felicidade pura, acarreta limitações da sua reflexão filosófica sobre os sentimentos morais e de possíveis relações entre os sistemas prático e estético.

Palavras chaves: Felicidade, moralidade, liberdade, ética, Kant.

Abstract: This paper aims to show the opposition and reconciliation relations between the concepts of happiness and morality in practical philosophy of Kant, as set out in the Groundwork for the metaphysics of morals (1785), the Critique of Practical Reason (1788) and Doctrine of virtue (1797). This task will be carried out in three moments. First, it is shown that happiness, morality and freedom are the three fundamental concepts of Kant's ethics, whose first two are considered under the form and the last under the matter of practical reason. Second, it will be argued that Kant initially emphasizes the opposition between these two concepts and only gradually thematizes the conciliation in the three books mentioned. Third, it will be stated that the limitation of Kant's ethics to the concept of empirical happiness, to the detriment of pure happiness, brings limitations of his philosophical reflection on the moral feelings and on possible relations between the practical and aesthetic systems.

Keywords: happiness, morality, freedom, ethics, Kant.

Recebido em: 07/16

Aprovado em: 10/16